

☐ **REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

☐ **PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A exploração de depósitos minerais de caulino e de areias nas freguesias de Vila Seca e Milhazes, do concelho de Barcelos, abrangerá duas parcelas adicionais de terreno, por explorar, inseridas na área de concessão denominada «Gandra» (contrato C-105), atribuída à empresa MIBAL - Mina de Barqueiros, SA.

A empresa, titular do contrato de concessão desde 2007, cuja validade se estende por 15 anos (prorrogável por dois períodos de 10 anos), requereu a declaração de utilidade pública, com caráter de urgência, das duas parcelas de terreno com vista à sua expropriação, depois de ter falhado a via negocial com os proprietários. O Despacho n.º 5225/2020, de 5 de maio, emitido pelo ministério do Ambiente e da Ação Climática, veio declarar a utilidade pública das parcelas de terreno e a consequente expropriação.

A expansão da área de extração mineira tem preocupado a população local. Por um lado, a distância entre a zona de exploração e as zonas habitacionais é cada vez menor, pondo em risco o bem-estar da população devido ao previsível aumento do ruído, vibração e poeiras. Por outro lado, os proprietários dos terrenos agrícolas adjacentes temem que se agravem as descargas de efluentes com elevadas concentrações de caulino em suspensão que contaminam solos agrícolas, águas superficiais e subterrâneas, e que provocam a destruição das suas sementeiras.

A falta de segurança dos caminhos que atravessam e circundam a área de exploração é um motivo adicional de preocupação. A ausência de sinalização nas zonas de aproximação à área concessionada, bem como a falta de vedação e proteção adequada das zonas de escavação, constitui uma séria ameaça à segurança das pessoas que usam diariamente aqueles caminhos para aceder a zonas habitacionais, campos agrícolas e à escola local – a EB 2,3 Abel Varzim, situada a escassos 400 metros da área de exploração mineira.

Em setembro de 2011, as autarquias locais assinaram um protocolo com a empresa concessionária para evitar que a atividade mineira perturbasse a atividade escolar. O protocolo

prevê um conjunto de contrapartidas nas quais se inclui a construção de um caminho alternativo de acesso à área de exploração de modo a evitar que os veículos pesados da empresa circulem junto à Escola Abel Varzim. Contudo, pelo que foi possível apurar, os veículos pesados continuam a circular junto à escola, não estando a ser cumprido o protocolo celebrado entre as partes.

O Bloco de Esquerda considera preocupante a expansão da área de exploração mineira concedida à empresa MIBAL depois de declarada a utilidade pública pelo ministério do Ambiente e da Ação Climática de terrenos por explorar. A atividade mineira nas freguesias de Vila Seca e Milhazes tem provocado danos ambientais graves e piorado a qualidade de vida da população local. A expansão da área de exploração não se coaduna com a necessária e urgente mitigação dos danos ambientais causados pela atividade mineira naquele local.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Que avaliação faz o Governo dos previsíveis impactes negativos provocados pela expansão da área de exploração mineira nas zonas habitacionais, agrícolas e escolar de Vila Seca e Milhazes?
2. O Governo confirma a contaminação de solos, águas superficiais e subterrâneas, e os consequentes danos provocados nas culturas agrícolas, pelas descargas de efluentes provenientes da área de concessão «Gandra»?
- 2.1 Em caso afirmativo, que medidas prevê o Governo adotar para corrigir a situação?
3. Que medidas prevê o Governo tomar para salvaguardar a segurança das pessoas que circulam nos caminhos que atravessam e circundam a área de exploração mineira?
4. Com que frequência têm sido realizadas ações inspetivas e de monitorização à área de exploração mineira?
5. Quais os principais resultados e conclusões das últimas ações inspetivas e de monitorização realizados no local?
6. O que considera fazer o Governo para assegurar o cumprimento do protocolo celebrado entre a empresa concessionária e as autarquias locais?
7. Estão previstas medidas de mitigação dos danos provocados pela atividade mineira em Vila Seca e Milhazes? Quais?

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2020

Deputado(a)s

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)

NELSON PERALTA(BE)